**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Bom dia. Esta reunião de audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços está sendo realizada em razão da aprovação do Requerimento nº 156, de 2018, da minha autoria, e tem como objetivo discutir o *Setor produtivo, papel do Estado e desnacionalização*.

Informo que esta audiência está sendo transmitida pelo Youtube.

A composição da Mesa já está aqui apresentada. Nós agradecemos a presença do Haroldo Lima, consultor da área de petróleo e energia, ex-Deputado Federal e ex-Presidente da Agência Nacional do Petróleo; e do Sr. Luís Paulo Bresciani, técnico do DIEESE — Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, que tem reconhecida contribuição no Brasil e no exterior na elaboração de dados e formulação de políticas especialmente voltadas ao mundo do trabalho.

Antes de passar à exposição, desejo informar as regras de condução dos trabalhos desta audiência pública. O convidado deverá limitar-se ao tema e fazer a sua exposição no tempo de até 15 minutos. É claro que aqui nós não queremos rigidez no tempo, apenas queremos orientar o funcionamento dos trabalhos. Após as exposições, serão abertos os debates. Os Deputados inscritos podem usar da palavra pelo tempo de até 3 minutos, para fazer considerações ou indagações aos expositores.

Este é o primeiro painel que esta Comissão está realizando no esforço de contribuir com o debate, necessário para o nosso País, sobre o desenvolvimento da indústria nacional e das políticas públicas que permitam e favoreçam esse desenvolvimento, especialmente num momento de grande interesse para os brasileiros, em que todos estão acompanhando os desdobramentos de uma disputa político-eleitoral, em que os destinos do Brasil estão em jogo.

Gostaria ainda de saudar e agradecer a presença da Sra. Lorena Martínez, Embaixadora da República da Nicarágua, que sempre nos acompanha; do Sr. José Kinn Franco, Embaixador da Bolívia; e do Sr. Sebastião Tomás, 2º Secretário da Embaixada de Angola. Muito obrigado aos países amigos, que acompanham com interesse este debate sobre o desenvolvimento no Brasil.

Passo a palavra imediatamente ao convidado e sempre Deputado, o Haroldo Lima.

**O SR. HAROLDO LIMA** - Sr. Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Daniel Almeida, Deputado pelo meu Estado da Bahia e cujo trabalho profícuo realizado nestes últimos anos é de todo respeitado no meu Estado e aqui na Câmara Federal, saúdo V.Exa.; o convidado Luís Paulo; os senhores membros do corpo diplomático que abrilhantam esta reunião, a D. Lorena, o Sr. José Franco e o Sr. Sebastião Tomás; o Paulo Bomfim, Prefeito de Juazeiro, na Bahia; os Srs. Deputados e todos os que estão acompanhando este debate.

Em função do tempo que é reservado ao expositor e dos limites desta apresentação, seria importante acentuar que nós vamos apresentar os pontos que a mim me parecem mais destacados no tema em debate. Fiz uma pequena apresentação em Power Point, que passo a exibir.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

O tema colocado pela Comissão é *Setor produtivo, papel do Estado e desnacionalização*. No setor produtivo, penso eu que um destaque importante a ser feito é sobre a chamada desindustrialização em curso no Brasil. Isso não é uma questão de menor importância, pelo contrário, é o assunto central do momento, relacionado com o desenvolvimento do País, com o modelo econômico em curso, com as propostas, com as posições propositivas para o próximo governo que está sendo preparado pelas eleições de 2018.

É bom levar em conta que essa questão da desindustrialização pode ser vista sob duas óticas. Uma delas está aqui posta como a redução proporcional do emprego industrial. Alguns acham que a característica básica da desindustrialização se dá quando há uma redução proporcional do emprego industrial, que cai relativamente ao emprego em serviços, em comércio, etc. A outra é a redução da participação da indústria no PIB, a redução do valor da produção industrial. Alguns analistas e estudiosos acentuam, mais recentemente, que é importante caracterizar a desindustrialização como fruto desses dois processos, que é preciso analisar conjuntamente os dois processos. E é isso que eu vou tentar fazer aqui.

Inicialmente quero fazer algumas observações. Primeira, quando a indústria está estagnada ou em queda, mas sem perder a participação relativa no PIB, isso não significa desindustrialização. A indústria pode estar estagnada, pode até estar caindo, mas, se relativamente ao conjunto do PIB, ela mantém a mesma proporção, não existe um processo de desindustrialização nesse caso.

Segunda, a indústria pode estar em expansão, mas tem uma redução na sua participação relativa no PIB. Aí, a despeito de a indústria estar em expansão, pode estar havendo um processo de desindustrialização.

Terceira, o aumento da produção de produtos de maior valor agregado e a transferência da produção de produtos de menor valor para o estrangeiro — isso, sim, ocorre com frequência — são a chamada desindustrialização positiva. Em todo país que se desenvolve, chega um determinado momento em que a produção de produtos de menor valor agregado é passada para o estrangeiro, seja porque os fabricantes vão para o estrangeiro, seja porque a produção deixa de ser, vamos dizer, muito lucrativa localmente ou porque a produção de produtos de alto valor agregado vai crescendo. No conjunto existe uma desindustrialização, mas é a chamada desindustrialização positiva, porque ocorre com todo país que está efetivamente se desenvolvendo.

Também — é a quarta observação —, pode haver a redução da produção industrial acompanhada de uma reprimarização da exportação. Então, há queda na produção industrial e substituição da produção industrial por uma reprimarização da pauta de exportação, quando o país começa a exportar cada vez mais *commodities*, minérios e produtos primários. Essa é a cena típica da chamada desindustrialização negativa, que também ocorre com o nome de "precoce" ou "doença holandesa", sobretudo quando se fala da área de petróleo. No caso da doença holandesa, o predomínio do setor do petróleo é tão grande que esmaga o restante da indústria, e, naquele local, só tem vantagens lucrativas quem investe na área do petróleo. Isso desindustrializa o país e origina a chamada doença holandesa, assim conhecida porque aconteceu inicialmente na Holanda, no Mar do Norte, quando foi descoberta uma grande quantidade de petróleo.

Dito isso conceitualmente, vamos agora analisar a participação da indústria no PIB brasileiro. Reparem bem que, em 1974, a participação da indústria no PIB era da ordem de 32% — alguns colocam 33%, mas eu prefiro os 32%. De 1974 a 1986, ela oscilou em torno de 30%. Vejam que 1986 foi o último ano em que ela chegou a 32%. Em 1987, ela caiu para 28%. Aí entram os anos 90, que começam aqui no Brasil com o Fernando Collor, quando a desindustrialização se intensifica e se caracteriza. A partir de 1990, o período passa a ser de desindustrialização efetiva. E, agora em 2014, essa participação está em 10,9%, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento — UNCTAD. Eu estive vendo que, neste exato ano exato de 2018, isso pode já estar em 10,2%. Mas não tenho esse número formalmente.

Outro dado importante a se ver nesse tipo de desindustrialização é o encolhimento industrial entre 2000 e 2015. A exportação de produtos básicos foi multiplicada por 3,2 e a exportação de manufaturados foi multiplicada por 2,4. Isso mostra que a exportação de manufaturados caiu efetivamente, que houve o encolhimento da produção industrial e que, enquanto a exportação de produtos básicos ia crescendo, a exportação de produtos industriais ia diminuindo. Também vemos, nesse mesmo período de 2000 a 2015, que a importação de bens duráveis é multiplicada por 3,3 e que a importação de bens de capital é multiplicada por 2,3. Aqui chamo a atenção para o fato de que caiu a importação de bens para fabricação de máquinas e que aumentou justamente a exportação de bens duráveis.

Vejam também a importação no setor químico. Foi um desastre o que aconteceu conosco, pois, nesse período, ela cresceu quatro vezes mais, quadruplicou. O aço é um produto manufaturado nosso, temos uma jazida com quantidade muito boa de ferro, que produz um aço também de boa qualidade. A exportação do aço era um traço da nossa industrialização: nós industrializávamos o aço aqui, agregávamos valor a ele e o exportávamos. Em 2000, metade do aço era exportada para o exterior e, em 2015, um terço era exportado para o exterior, o que mostra que caiu também a exportação de aço.

Causas básicas da desindustrialização no Brasil. Eu arrolei aqui quatro ou cinco causas que me parecem decisivas, fundamentais, importantes, destacadas. A primeira foi a abertura comercial feita com câmbio valorizado e juros altos, a chamada abertura descontrolada. De vez em quando, o País parecia que ia se desenvolver, mas, em seguida, caía de novo. Essa é a chamada "política do voo de galinha": há uma ascensão em curto prazo, imediatamente seguida de uma queda. Isso começou a acontecer no Governo Collor. A segunda causa foi o abandono de políticas desenvolvimentistas, que eram muito criticadas como políticas populistas, mas, no fundo, eram políticas desenvolvimentistas feitas por todo país que se desenvolve. E nós aqui, em determinado instante, abandonamos tais políticas. A terceira causa foi o emprego da taxa de câmbio como meio de controlar a inflação, muito utilizado aqui. A quarta causa foram as reformas liberalizantes no período do Consenso de Washington, quando o FMI e o Banco Mundial nos impuseram todo um ritual relacionado com as chamadas reformas liberalizantes, o que, em nossa opinião, foi uma das causas importantes da desindustrialização que está em curso. E, finalmente, veio o foco na exportação de *commodities,* quando nós nos acostumamos com o alto valor de algumas *commodities* como o petróleo e o ferro, o que dava um efeito na balança comercial. Quando isso desancou e houve um debacle no preço dos produtos, nós ficamos um pouco, digamos assim, surpreendidos.

A causa de fundo, em nossa opinião, é a ausência de papel desenvolvimentista do Estado. Tudo isto que falamos aqui que são as causas, no fundo, é o Estado brasileiro perdendo o seu papel de indutor do desenvolvimento. Ele abre mão desse papel para acatar as orientações que vêm do Fundo Monetário, do Banco Mundial, dando esse resultado.

Agora vou falar um pouco sobre o papel do Estado, que é o segundo item da proposta apresentada pela Comissão. Para nós falarmos do papel do Estado no desenvolvimento do Brasil, talvez seja interessante fazer uma breve referência histórica. A industrialização no Brasil começa na época de D. Pedro II, quando, então, um Ministro da Fazenda chamado Alves Branco impôs determinada tarifa com o objetivo de ajudar a industrialização no Brasil — não existia nada; inclusive ela havia sido proibida na época anterior, de D. Maria I — e também de permitir um superávit fiscal, etc. O que acontece com a Tarifa Alves Branco? A elevação do imposto sobre produto importado, que até então era 15%, generalizado. Para qualquer produto importado entrar no Brasil, pagava-se 15%.

O que faz o Alves Branco? Em relação à tarifa, diz: *"Passa a ser 20%, se não houver similar nacional, e passa a ser 60%, se houver similar nacional"*. Com base nesta história de que, se houver similar nacional, pagam-se 60%, criou-se a condição para se desenvolver no Brasil uma indústria local. Isso fez com que determinados empresários se mexessem. E houve um destaque excepcional da figura do Mauá: o período do Mauá. A chamada Era Mauá, de 1844 a 1860, foi extraordinária.

Nós, às vezes, menosprezamos muito a nossa história e menosprezamos um pouco os nossos heróis, as pessoas que se destacaram. Esse Barão de Mauá, esse moço, no século XIX, consegue fazer no Brasil rodovias, ferrovias, estaleiros. O Estaleiro Mauá, que existe até hoje, é dele. Na época dele, no fim do século XIX, fabricaram-se 60 navios no Brasil; fábricas diversas, inúmeras fábricas; companhias de gás; companhias de iluminação pública; bancos, entre os quais, o Banco do Brasil, refundado por ele. Ele tinha, Presidente, um domínio quase que completo do Uruguai. O Uruguai era quase que uma possessão dele. Ele integrou a navegação de cabotagem do Rio Grande do Sul ao Rio Amazonas. Não foi na embocadura do Amazonas, não: foi no interior do Amazonas. Ele fabricou bondes, cabo submarino. O primeiro telégrafo de cabo submarino que houve nas Américas, que saiu do Brasil e foi até a Europa, foi feito por ele. Ele era um portento. Segundo os analistas, proporcionalmente, hoje não há empresário no Brasil semelhante a Mauá, naquela época.

Pois bem, é esse homem, com esse desempenho, com essa desenvoltura, que sofre as injunções enormes do capital inglês. Diante disso, ele estava perdendo o mercado enorme que começava a crescer, o mercado brasileiro, o mercado latino-americano. A pressão era muito grande sobre o Imperador, que termina capitulando — olhem só o papel do Estado. E a Tarifa Alves Branco é revogada. Na continuidade, esse Império faliu. E ele acaba sua vida numa situação mais desastrosa.

Chama a atenção o fato de que o processo de industrialização no Brasil começa com o papel central do Estado brasileiro. Se o Estado brasileiro não tivesse implantado a Tarifa Alves Branco, não havia essa história.

Mais à frente há outros marcos. Após a crise de 1929, surge aqui no Brasil a Revolução de 1930, com Getúlio Vargas, e a política de substituição de importações começa como política de Estado. São os períodos de Getúlio — coloco aqui no plural porque houve dois períodos. Aliás, houve o período depois da votação, quando ele retorna, o período de JK — os 50 anos em 5 — e o período da ditadura militar, em que, em determinado instante, nós também crescemos bastante. São períodos de crescimento.

Destaco que, em todos esses períodos, a começar do Império, com Mauá, o País cresceu por conta do Estado intervencionista, por conta do Estado definir seu papel com clareza e intervir no mundo econômico.

Precisamos ter clareza de que este fenômeno de desenvolvimento não é desconhecido do Brasil. Fruto desse processo todo a que estou me referindo, o Brasil, do fim da Segunda Guerra Mundial até 1974, mais ou menos, foi um dos países que mais cresceram no mundo. Em diversos anos, somos o País que mais cresceu no mundo. O que hoje é a China éramos nós há algum tempo. A China cresceu 30 anos seguidos numa média de 10% ao ano. Nós não repetimos isso. Ninguém tem esse feito no planeta. Mas nós temos o feito de termos chegado a 10%, 12%, 14% de crescimento em 1972, 12% em 1974. Por conseguinte, é algo também extraordinário o chamado "milagre brasileiro".

Conclusão desses apanhados: só houve desenvolvimento sob o primado do Estado Nacional. Essa me parece uma conclusão importante.

Terceiro ponto é a desnacionalização através da privatização, porque, na verdade, a desnacionalização existe no Brasil como fruto do processo de privatização. Às vezes quem compra as empresas estatais brasileiras é o capital estrangeiro. Daí vem a desnacionalização. Ela se apoia em um argumento falso, o da grande eficiência da empresa privada em relação à empresa pública. A empresa pública seria ineficiente e aberta à corrupção, enquanto a empresa privada seria eficiente e insusceptível de corrupção.

Não é verdade. A história do Brasil e do mundo mostram que não é assim que as coisas acontecem. A TELEBRAS, que era uma empresa de grande porte aqui no Brasil, uma empresa gigantesca, foi privatizada. Hoje é a Oi, que está aí extremamente endividada, em grandes dificuldades.

A VASP era uma empresa que também crescia no Estado de São Paulo. Foi privatizada, faliu. No exterior, existia a Enron, americana, que era uma das grandes empresas de energia do planeta, era uma coisa assombrosa. Ela provocou um escândalo de corrupção que foi algo que, em determinado instante, arrebentou com o equilíbrio da economia americana. Se olharmos direito, na Noruega e na Alemanha, boa parte das empresas dessas grandes nações são estatais. A Volkswagen é 30% estatal e funciona muito bem. Então, não tem essa história de que as estatais não funcionam bem e as empresas privadas funcionam. Não é verdade!

A PETROBRAS — agora é o outro lado da história — vendeu Roncador e Carcará, no pré-sal, para a Statoil, que é uma estatal. Se as nossas estatais não são boas, as dos outros são boas a ponto de você vender a sua propriedade para a estatal do outro? Aqui não pode, mas lá pode? Que história é essa? Isso mostra que se trata de um problema de linha política do Governo, que não se trata da questão de que a outra empresa é melhor, porque ela é uma estatal também como a nossa.

Na China, 75% das maiores empresas são estatais. E aquele país é o que mais se desenvolve no mundo, há tantos anos, como nós vimos aqui rapidamente.

Sobre a desnacionalização, então, penso eu que uma questão basilar que deveríamos levar em conta é que, num Estado nacional, os setores estratégicos devem ser controlados por empresas nacionais, públicas ou privadas. Conforme o contexto, tem de ser uma empresa estatal ou, dependendo, pode ser uma empresa privada, desde que também seja nacional. Isso pode garantir sustentabilidade, inclusão social e soberania. Se você não tem setores estratégicos na sua mão, você perde a soberania, perde a sustentabilidade e não consegue incrementar uma política efetiva de inclusão social.

Esse princípio que eu estou aqui anunciando — de que setores estratégicos serem controlados por empresas nacionais é fundamental para o Estado Nacional — é levado em conta por diversos países. Todos os grandes países levam em conta esse princípio. Eu anotei aqui que os Estados Unidos agora estão impondo as chamadas taxas de importação do aço. Para quê? Para proteger as empresas deles. Eles aumentam a taxa de importação do aço do Brasil e de outros lugares para nós termos dificuldades de exportar o aço para lá.

O Trump proibiu, em setembro de 2017, a venda da Lattice, que é a maior empresa fabricante de semicondutores dos Estados Unidos. Os chineses iriam comprar a Lattice. Quando já estava tudo pronto, o Trump entrou no meio pessoalmente, como Presidente da República: *"O Presidente da República, diante desse fato que vai acontecer, considera que isso* *é prejudicial à segurança da nação americana. Está suspenso o negócio".* E ele suspendeu o negócio.

Na China, a Coca-Cola preparou-se toda para comprar a Huiyuan, que é a maior produtora de sucos do país. A Coca-Cola iria comprar a Huiyuan para transformá-la em Coca-Cola/Huiyuan. O Governo chinês entrou imediatamente e disse: *"Lá sim, aqui não".*

E não tem essa história de a Coca-Cola estar comprando a Huiyuan lá na China, não. Eles acabaram com essa brincadeira.

Eu acho que esse processo de desnacionalização de que estamos falando aqui está em curso. Verifica-se que inúmeros ativos estão sendo vendidos aqui no Brasil. O tempo não me permite descrever diversos deles, mas são inúmeros. Também muitas terras estão sendo vendidas. Eu acho que as principais ameaças são estas que anotei aqui. A venda da ELETROBRAS, que foi retirada ontem, era a grande ameaça. Essa venda, graças à pressão popular e à rejeição que provocou, que foi muito grande, foi retirada pelo Governo e não vai mais acontecer. A privatização da Previdência permanece como uma ameaça. Não conseguiram privatizar a Previdência, mas isso permanece como uma ameaça. Há a privatização dos bancos federais, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Há o novo papel do BNDES, que, em vez de ser fomentador do desenvolvimento, é financiador de empresas estrangeiras na compra de empresas brasileiras. Há a perda do controle do pré-sal, que penso que é fundamental e que está relacionada ao fim da partilha da produção. No pré-sal, nós estabelecemos um marco chamado partilha da produção, que garante que ele esteja na mão de brasileiros. Se mudarem esse marco, o pré-sal deixa de estar sob controle brasileiro. Há os ativos estratégicos da PETROBRAS, que estão sendo vendidos em quantidade. E há a própria venda da PETROBRAS.

Eu penso que a PETROBRAS está fazendo um suspeitíssimo processo de enxugamento de seus ativos. Ela está vendendo coisa que nenhuma empresa petrolífera vende, só o faz se não tiver a pretensão de continuar como empresa petrolífera no futuro. Daí eu colocar a venda da PETROBRAS como uma ameaça. Não existe essa proposição, mas existe toda uma movimentação relacionada com a hipótese de vir a se vender a PETROBRAS.

Conclusões que eu tiro, para encerrar, e que acho que são necessidades nacionais básicas. Devemos reindustrializar o País, respeitando a soberania, a redução das desigualdades e o meio ambiente. A ideia básica é esta: reindustrializar o País. Devemos assumir o desenvolvimento como decisão do Estado e não consequência de equilíbrio do tripé macroeconômico. Aqui no Brasil, introduziu-se, mais recentemente, a ideia do tripé macroeconômico — superávit fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante — e de que, na medida em que esse tripé macroeconômico fosse suficientemente bem equilibrado e ajustado, o desenvolvimento viria. Este é o discurso feito até agora pelo neoliberalismo que existe no Brasil: tem que se ajustar o tripé macroeconômico para surgir o desenvolvimento. Na nossa opinião isso é errado. Nós temos que colocar o desenvolvimento como uma decisão de Estado, e o tripé macroeconômico que vá se adequando a isso. A ideia básica é esta: assumir o desenvolvimento como decisão de Estado. Foi assim que foi feito no passado, como eu mostrei aqui, desde a época do império. Devemos planejar os investimentos com recursos dos bancos federais e dos bancos privados. Os bancos federais têm muito recurso e podem recolher muito recurso do exterior também. Devemos manter estatais e ativos estratégicos com estatais. Devemos buscar proximidade com o novo eixo econômico do mundo.

O mundo está mudando e tem um eixo econômico novo. O eixo econômico que existia desde o século XIX até o século XX é o eixo do Atlântico, em torno da Europa e dos Estados Unidos, no qual nós, por uma coincidência geográfica, estávamos metidos. Esse eixo do Atlântico, que foi o eixo econômico básico do mundo durante 2 séculos, está deixando de ser o eixo principal, pois está surgindo o eixo do Pacífico, em torno dos países da Ásia, em particular a China e a Índia. Nós temos que nos aproximar desse novo eixo em vez de estarmos procurando reativar o eixo que está em dificuldades. Nós não podemos perder a oportunidade de nos situar no eixo que está surgindo com muita desenvoltura no mundo, que é o eixo do Pacífico.

Para encerrar, devemos incentivar fontes alternativas de energia, como a eólica e a solar, o que acho fundamental. Devemos manter o marco regulatório da partilha da produção. Se nós perdermos esse marco regulatório, vamos perder o pré-sal. Devemos fortalecer a Pré-Sal Petróleo S.A. — PPSA. Isso é o que eu penso. A Pré-Sal Petróleo S.A. — PPSA é uma empresa estatal 100% brasileira, que nós criamos com o objetivo de ser a figura-chave para manter o pré-sal em nossa mão. Se a pessoa nem sabe da existência dessa empresa ou a deixa solta, a permanência do pré-sal em nossa mão fica muito comprometida. É preciso fortalecer a Pré-Sal Petróleo S.A. — PPSA. Devemos ter a meta de aumentar a participação do Estado no capital social da PETROBRAS. Vejam o seguinte: nós todos lutamos corretamente para defender a PETROBRAS, mas não devemos perder de vista o fato de que, desde a época do Fernando Henrique, houve uma movimentação de venda de ações de tal maneira que a maior parte do capital social da PETROBRAS é estrangeira e é americana, na Bolsa de Nova York. Então, nós temos que dar um jeito de recuperar pelo menos a maior parte do capital social da PETROBRAS e trazê-lo para nossas mãos.

Completo dizendo que tudo isso depende da solução política da próxima eleição. Tudo isso é decisão política. Se nós continuarmos nesse rame-rame que está por aí, não vai ser fácil reorganizarmos as nossas coisas.

Muito obrigado e desculpem por eu ter me excedido um pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado ao Haroldo Lima pelos dados, pelas informações, pela exposição brilhante, como sempre faz para todos nós.

É necessário esclarecer que foi retirada a Medida Provisória nº 414, que trata exatamente de comercialização de energia, distribuidoras, etc. Na verdade, ela era uma espécie de preparação, era para criar o ambiente necessário para a medida que autoriza a privatização da ELETROBRAS. O projeto de lei que está na Comissão Especial não foi retirado e continua tramitando. É claro que o fato de a medida provisória ter sido retirada cria uma situação de maior dificuldade para a sequência que o Governo pretendia encaminhar no sentido da privatização do setor de energia no Brasil. Foi uma grande vitória, foi a vitória da pressão da sociedade, da pressão dos diversos segmentos e da percepção de que aqui na Casa não haveria como essa medida ter encaminhamento. Mas não está encerrada a batalha, e o debate está em curso.

Já foi anunciada aqui a presença do Prefeito de Juazeiro, na Bahia, que tem um interesse direto nesse tema da privatização da CHESF, porque não é

Já foi anunciada a presença aqui do Prefeito de Juazeiro, na Bahia, que tem interesse direto nesse tema da privatização da CHESF, porque este envolve não só a privatização na geração de energia elétrica, mas também a água: Juazeiro compartilha com Petrolina as bênçãos do nosso Rio São Francisco e sobrevive graças a ele, sendo grande parte da sua economia voltada para a utilização das águas desse rio. Obrigado pela presença, Prefeito Paulo Bomfim.

Está aqui o João de Deus, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Corrente, juntamente com a representação da Associação da Comunidade de São Manoel, que é um distrito de Correntina, Município que esteve e está no centro de um debate sobre o uso das águas, que impacta a vida não apenas dos moradores daquela região, mas de cada um de nós Brasil afora.

Passo a palavra para o Sr. Luís Paulo Bresciani, representante do DIEESE.

**O SR. LUÍS PAULO BRESCIANI** - Bom dia a todas e todos.

Gostaria de cumprimentar o Deputado Daniel Almeida, o ex-Deputado Haroldo Lima, os Deputados e as Deputadas presentes, os embaixadores e a embaixadora, o Prefeito Paulo Bomfim, todos os assessores parlamentares e os demais representantes.

Em nome do DIEESE, quero agradecer o convite e saudá-los pela realização desta audiência pública.

Eu falo aqui em nome do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, retratando, portanto, a perspectiva do movimento sindical, mas também falo a partir de uma trajetória pessoal, como ex-Secretário-Executivo do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, que reúne as sete cidades, no período de 2011 a 2016, e como professor e pesquisador universitário, tendo participado também da implantação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial em 2005. Então, falo a partir dessa perspectiva.

Os senhores provavelmente receberam uma cópia de uma apresentação que vou utilizar parcialmente, mas eu quero começar esta fala a partir de três questionamentos que me parecem centrais nesta discussão.

O primeiro questionamento é: que país nós queremos ser? Acho que o Deputado Haroldo Lima já tocou bastante nesse assunto. Queremos ser um país soberano ou queremos ser um país subordinado e enquadrado nas estratégias de outras nações?

A segunda pergunta é se nós podemos abrir mão de uma indústria muito forte — enfatizo o "muito". Não estou falando aqui de uma indústria forte, estou falando de uma indústria muito forte. O nosso argumento é que um processo de desenvolvimento, como foi dito pelo Deputado Haroldo Lima, não se dá sem a presença da indústria num país como o Brasil, que está entre os cinco ou seis maiores países do planeta em termos tanto de território quanto de população e que, portanto, não pode jamais abrir mão disso. Ao contrário de algumas teses que descrevem a indústria como um setor econômico como os demais, nós entendemos que a indústria é e continua sendo o carro-chefe, o motor dinâmico de uma economia muito diversificada, que se diversificou ao longo especialmente dos últimos 100 anos, mas que tem uma história anterior, como Haroldo mencionou, inclusive a história de Mauá, que dá nome a uma das sete cidades da Região do Grande ABC. Foi isso que levou o Brasil à condição não só de uma das maiores economias do planeta, mas de uma das maiores economias industriais deste. E nós estamos correndo o risco de sair muito rapidamente dessa condição.

A terceira pergunta é: como estamos em relação à trajetória da nossa indústria? E aqui eu posso dizer que nós estamos sem rumo. Nós estamos com uma trajetória recente de crescimento do PIB muito pontual. No ano passado, dependemos do crescimento da ordem de 13% na agricultura para a elevação de 1% do PIB. E nós, obviamente, não podemos imaginar que esta trajetória de um crescimento baixo e vinculado a uma indústria fragilizada possa ser mantida no futuro. É importante mencionar que o setor de serviços também está indissociavelmente conectado com a indústria. Nós temos uma dinâmica de serviços dada não apenas pelas famílias, mas também pela atividade industrial.

Esse é o meu ponto de partida para destacar neste momento, dialogando com uma apresentação inicial, a necessidade de que superemos esta ausência de sentido no que se refere ao tema da indústria, de que tenhamos um rumo projetado em relação à indústria brasileira, o que beneficiaria inclusive os nossos países vizinhos, além dos Municípios brasileiros das diferentes regiões, já que isso tem um fator direto de atuação neles.

É importante ressaltar a importância de que tenhamos, à semelhança do que existe para a agricultura com o Plano Safra, um plano para a indústria. Como o Deputado Haroldo Lima mencionou — e isto faz parte desta apresentação, cujo título é *Indústria e Desenvolvimento* —, não faz sentido deixar a indústria à mercê de uma política macroeconômica acreditando que ela vai achar o seu caminho por si só. É preciso haver, sim, um planejamento de curto, médio e longo prazos, como houve no passado, o que permitiu que o Brasil, num espaço relativamente curto, ascendesse a essa condição, como também já foi dito.

Além do problema da desnacionalização em processo, em curso, como foi mencionado antes, nós temos que lidar com um problema inerente ao nosso processo de industrialização: o fato de que uma parte muito considerável dos centros de decisão empresariais da indústria brasileira não está no Brasil, mas fora dele. Nós temos que considerar isso, tratar disso do ponto de vista estratégico também, indicar e sinalizar os rumos. Vou voltar a este ponto com um exemplo concreto mais à frente.

Também foi falado na apresentação inicial sobre a necessidade de atuação do Estado face à fragilização da indústria.

E essa necessidade é premente, é urgente, porque, como foi mencionado, há um processo de redução da participação do PIB, de redução de empregos industriais. Houve uma queda muito significativa especialmente nos últimos 2 anos. Esse ritmo não parece estar em processo de interrupção. Nós temos aí alguns pequenos surtos. A última carta do IEDI *—* Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial mostra que nós não temos um processo de recuperação minimamente consolidado na atividade industrial e, portanto, precisamos de uma atuação firme do Estado face à fragilização da indústria.

Há sinais muito negativos. O sinal foi dado não apenas em relação a óleo e gás, com a discussão sobre o conteúdo local, mas também em relação à cadeia automotiva, com a não substituição do regime automotivo anterior, o Inovar-Auto, por um novo regime automotivo. Passados praticamente 6 meses, estamos sem uma política automotiva, que dirá uma política industrial. Então, eu parto desse princípio e também da importância de termos um olhar para a diversidade da indústria.

Existem muitas teses que mencionam o fato de que nós temos pequenas indústrias, que são pouco competitivas e, portanto, deveriam ser deixadas para trás. A nosso ver, isso não procede. Há não só inúmeras pessoas, como cidades pontuadas por esse tipo de estabelecimento — eu vou voltar também a esse ponto. Portanto, é importante olhar os grandes e os pequenos.

Vou passar muito rapidamente por alguns dos eslaides que os senhores receberam. Inclusive, o início deles traz gráficos que o Deputado Haroldo Lima já colocou.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Pode-se perceber, neste primeiro gráfico, essa queda, considerando que a participação também da indústria da construção chega a 20%. Da indústria da transformação, nesse quadro, a participação chega a 11,9%. Na verdade, o último dado, de 2016, é da UNIDO — Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial. No eslaide seguinte, nós ainda temos 21,2%.

Aí está a importância de se olhar para os variados setores. Cinco setores concentram 60% da nossa participação no PIB, mas nós temos um conjunto muito diversificado de ramos da produção, praticamente todos eles. Porém, esse processo de desindustrialização mencionado pelo Deputado Haroldo nos fez perder vários elos de várias cadeias produtivas. Portanto, há a retomada de adensamento, olhando para toda essa diversidade.

O eslaide seguinte mostra que a participação da indústria de transformação chegou a 11,8% em 2015. O dado de 2016, já divulgado pela UNIDO, é de exatamente 10%, o que significa, em termos do *ranking*, que a nona posição do Brasil já está ameaçada pela Indonésia, cujo ritmo de expansão está bastante acelerado.

É interessante notar, no próximo eslaide, que nós tivemos, sim, ao longo da última década *—* na verdade, a rigor, ao longo do período de 2000 a 2013 *—,* um processo de expansão da produção física e industrial. Portanto, a queda da indústria no PIB correspondeu a uma elevação do PIB nacional, que foi um dos elementos também mencionados. Mas, a partir de 2013, há uma queda bastante intensificada. Isso tem relação obviamente com os investimentos da PETROBRAS e de outros grandes setores. É importante destacar isso, como também a urgência de que essa trajetória seja interrompida rapidamente.

No *ranking* das maiores economias industriais, em 2015 o Brasil aparece com 2,26% da produção industrial do planeta. Mas esse dado em relação a 2016 infelizmente é pior: o Brasil representa, em 2016, 1,84% da produção industrial do planeta *—* a produção caiu abaixo de 2% *—* e está sendo ameaçado de ultrapassagem pela Indonésia e pelo Reino Unido. Assim, sairia do *ranking* das dez principais economias industrializadas, já tendo ocupado a sétima posição entre 2005 e 2010. Então, é importante também destacar esse processo muito acelerado, recente, de fragilização da nossa indústria.

No eslaide seguinte, também é importante destacar a presença do Brasil, no *ranking* de competitividade industrial, na 36ª posição e, portanto, atacar alguns elementos importantes relacionados ao ambiente de negócios, vinculados a uma discussão que eu entendo que deve passar por esta Casa num período breve, que é a reforma tributária, uma questão crítica do ponto de vista da atividade industrial.

Há também a perda de empregos formais na indústria. Nós tivemos, num período anterior, uma expansão muito forte, superando a marca de 8,3 milhões de empregos na indústria de transformação, caindo rapidamente nos últimos 2 anos praticamente para a ordem de 7 milhões, talvez abaixo disso já a esta altura do campeonato.

Qual é o rebatimento disso do ponto de vista territorial? Acho importante destacar que a indústria obviamente está instalada em cidades como Juazeiro e outras, em Estados como a Bahia e outros. Portanto, a fragilização da indústria é a fragilização de Estados e Municípios. É também a causa da crise fiscal de Estados e Municípios.

No eslaide seguinte, temos uma tabela *—* obviamente, não vou explicá-la *—* sobre a evolução Estado por Estado. Nós consideramos os anos de 2010 a 2015, porque eram anos com o maior número de indicadores completos em termos do CAGED. Nesse período, sem considerar 2016 e 2017, em que este processo continuou, a situação deve ter sido ainda pior na revelação da foto. No período de 2010 a 2015, nós tivemos uma queda fortemente concentrada na Região Sudeste, particularmente no Estado de São Paulo. A partir de 2016 ou 2017, entendemos que este processo deva ter se espraiado ao longo das diferentes regiões.

Os dois eslaides posteriores mostram, em primeiro lugar, a evolução do emprego industrial nos 30 Municípios que mais empregam trabalhadores na indústria, o que parte de São Paulo e Rio de Janeiro, mas chega a Manaus, Guarulhos, Curitiba, entre outros. Nós temos aí os indicadores de 2013 a 2017 e as perdas absolutas. Temos também um retrato do desemprego industrial localizado nesses Municípios, algo que se espraia pelo entorno.

A perda do emprego industrial em São Bernardo, por exemplo, tem reflexos na cadeia produtiva que está ao redor de São Bernardo, e a perda de emprego industrial em Curitiba tem reflexo na cadeia produtiva na Região Metropolitana de Curitiba. Há reflexos também no setor de serviços, já que parte considerável do setor de serviços é formada de serviços de apoio à produção e a empreendimentos industriais. Isso se dá também em Betim, Belo Horizonte, Campinas, Jaraguá do Sul, etc. Esse quadro termina em Salvador, inclusive.

Portanto, esta é uma crise generalizada na indústria, ao longo do território brasileiro.

É importante, da mesma forma, a participação do PIB industrial no PIB municipal, de que trata o próximo eslaide. Nós temos inúmeras cidades em que o PIB industrial, ao contrário do PIB do Brasil, cuja cifra é 10%, chega a cifras da ordem de 30%. No caso de Camaçari, chega a 57%. Estes são Municípios onde a atividade industrial é, sim, central e cuja fragilização causa, evidentemente, uma crise ainda mais acentuada.

Isto está num quadro maior. Eu vou pular dois eslaides, para falar de algo que o ex-Deputado Haroldo Lima já mencionou: a participação da nossa indústria no comércio exterior. Falo isso porque nós temos outro ponto importante a discutir nesta Casa: o acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia. O Acordo MERCOSUL-União Europeia, cujos termos desconhecemos nos detalhes, a nosso ver, amplia os riscos de fragilização da nossa indústria, se não tivermos clareza e alguma estratégia em relação a este processo.

Meu tempo já estourou. Os senhores têm toda a apresentação. No entanto, quero chamar a atenção para o seguinte: a ampliação das importações industriais em período mais recente; a ampliação do déficit comercial na balança de produtos industrializados em período também recente e, portanto, o potencial para que isso se agrave com este acordo comercial; bem como a queda do apoio do BNDES em relação à indústria.

Quero concluir, fazendo algumas reflexões do ponto de vista da política pública de desenvolvimento: a importância urgente de uma estratégia nacional para a indústria, como o Deputado mencionou, de investimentos fortes no Estado e, obviamente, no setor produtivo privado, mas com uma indicação e uma indução muito forte do Estado; a consideração das possibilidades que algumas grandes tendências de transformação global nos colocam e que podem nos levar a uma recuperação ou a uma fragilização ainda maior.

É preciso levantar aqui toda a discussão sobre sustentabilidade, na qual a China tem navegado muito forte; a ligação da sua indústria com todo o tema do desenvolvimento sustentável, indústria e inovação e infraestrutura, e, portanto, o relacionamento da nossa indústria com nosso déficit de infraestrutura e as potencialidades que temos em relação à infraestrutura, e como isso deve estar também conectado com as estratégias de desenvolvimento regional e territorial e de combate às desigualdades ao longo do território brasileiro.

Eu queria deixar aqui esta mensagem e, mais uma vez, agradecer à Comissão o convite para participar desta reunião.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado ao Sr. Luís Paulo.

Passando às intervenções, convido o Deputado Antonio Balhmann, do nosso querido Ceará, para fazer sua intervenção. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. ANTONIO BALHMANN** (PDT - CE) - Sr. Presidente, meus caros companheiros desta Comissão, Dr. Luís Paulo, Haroldo Lima, meus cumprimentos.

Primeiramente, queremos dizer que consideramos esta a primeira participação nesta Comissão, depois do nosso retorno, após a licença que tiramos para participar, a convite do Governador Camilo Santana, do seu Governo, exatamente na área que tem completa interface com o tema discutido nesta audiência pública. Nós tivemos a honra de participar do governo, extremamente proativo, inovador, audacioso, que o Governador Camilo Santana, na sequência do Governador Cid Gomes, empreende no Ceará, com amplo apoio popular, por conta da lucidez do seu governo.

Este é um tema, Sr. Presidente, que merecia ter esta Comissão completamente lotada, porque hoje é o tema central no País. Hoje nada é mais enxovalhante para nós do que ver que outras economias que pouco tempo atrás eram muito inferiores ao Brasil, do ponto de vista industrial e do ponto de vista dos seus índices sociais, que hoje estão à frente deste País, na medida em que o Brasil se desindustrializa, na medida em que não tem planos de médio e longo prazos, na medida em que não tem política de comércio internacional. Hoje o Brasil vive como uma folha seca no macromercado mundial, sem a menor definição das suas rotas estratégicas.

Esta é, realmente, uma questão muito complexa. Mas o tempo é curto, e seriam necessárias várias audiências públicas para analisar com minudência a necessidade de se fazer no Brasil, nos cenários próximos, um novo pacto produtivo.

O problema tem várias consequências. Vê-se que hoje as entidades de classe da indústria brasileira estão completamente desfocadas, sem condições de agir, apesar de terem algum mérito na formação de mão de obra. Na verdade, elas vivem do automatismo dos capitais que as sustentam, mas não têm mais o papel de enfrentamento na defesa da indústria brasileira.

Eu poderia citar alguns exemplos. Recentemente, eu me licenciei desta Comissão, Sr. Presidente, exatamente para tocar um projeto nacional que começamos há mais de 20 anos: as Zonas de Processamento de Exportação — ZPEs. Estas *free zones* foram a base da industrialização e da estratégia de comércio internacional de grandes países, especialmente da China. A ideia depois se espalhou pelo mundo inteiro e, no Brasil, ela não consegue avançar. Dos 25 projetos que o Brasil tem, o do Ceará é o único que conseguimos implantar, o único bem-sucedido. Com investimentos de mais de 6 bilhões de dólares, ele está em funcionamento. Os outros 25 projetos do Brasil, inclusive o da sua querida Bahia, ainda não conseguiram êxito, por conta da força que este Parlamento faz para viabilizar uma legislação competitiva e, assim, implantar as *free zones*. Dos 25 projetos, até hoje somente um se viabilizou, o que ocorreu a partir do esforço monumental feito por uma sequência de governos do Ceará.

Quem é a grande inimiga do projeto? É a CNI — pasmem! — embora, no mundo inteiro, as entidades industriais se associem ao esforço dos empreendedores, da política de exportação dos países para firmar as indústrias no mercado internacional. Não à toa a participação do Brasil, como vemos nos gráficos, é inexpressiva, diante do potencial que o País tem. Qualquer setor ou cadeia produtiva é exemplo. Além disso, há as loucuras a que este País se submete, como a recente venda da EMBRAER para a Boeing. Ninguém permitiria isso em nenhum lugar do mundo, Sr. Presidente!

Pode-se pegar o exemplo mais tradicional, mais básico, produto primário que o Brasil inteiro conhece, de Santa Catarina ao Amazonas: a mandioca. Hoje, o Brasil, quando muito, chega a acrescentar a ela valor agregado, transformando-a em amido. Na verdade, depois de tantos anos, quem faz o beiju e a farinha, com mais de 60 vetores tecnológicos de alto valor agregado, é a Alemanha, que importa da Tailândia a mandioca raspada, gorda, de que o Brasil é o maior produtor, mas não consegue exportar um grama, mesmo em se tratando de um produto com valor agregado. Qualquer coisa que há aqui, se fizermos um esforço, contém amido de mandioca, um amido modificado, um anfótero, um produto agregado de alto valor. Esta é a razão principal deste...

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. ANTONIO BALHMANN** (PDT - CE) - ... elemento que vemos tão destacado e tão óbvio nos dados que o Dr. Haroldo Lima e o Dr. Luís Paulo apresentaram. Portanto, este é um assunto da maior atualidade.

Eu acho que esta é a hora de se começar a pensar em reafirmar a indústria brasileira, para tirar o País dessa vergonhosa e inexpressiva participação no mercado internacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Peço a V.Exa. que conclua, Deputado.

**O SR. ANTONIO BALHMANN** (PDT - CE) - Esta é a hora definir políticas de longo prazo, vetores estratégicos que precisam ser perseguidos. O segredo da China, Sr. Presidente, nada mais é do que a velocidade, que indica a compreensão da linha estratégica e a capacidade de aplicar aquilo que o Governo percebeu.

O Brasil tem hoje a matéria-prima base das principais cadeias produtivas, mas não é competitivo no momento de agregar valor. Não adianta querer fazer um produto brasileiro dentro do vetor produtivo da soja, porque ele não seria competitivo, em razão do cipoal da burocracia e da ambiência de negócio do País, que tem os juros mais altos do mundo. Portanto, o financiamento da produção é um fator pesadíssimo para a viabilização do produto brasileiro. O sistema tributário é esdrúxulo, não tem espelho no mundo, é uma parafernália terrível.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Deputado Balhmann, eu peço compreensão. Encaminhe-se para a conclusão.

**O SR. ANTONIO BALHMANN** (PDT - CE) - Então, o conjunto de coisas deste cenário é que ele transforma em heróis os empresários brasileiros que conseguem sobreviver e se firmar no seu nicho de mercado. Um dia desses eu comentava, sem nenhum demérito para os profissionais da área, que certamente este é um país feito para os bancos e para os advogados, porque é complicado demais para o setor produtivo daqui viver, ser competitivo e afirmar seus produtos nos mercados mundiais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Deputado Balhmann. Eu tenho concordância absoluta com o que V.Exa. disse. Seguramente, V.Exa. poderia falar por um tempo muito mais longo, necessário para que discorresse sobre sua experiência própria e sobre os temas mais gerais de interesse do Brasil. Mas nós tínhamos programado encerrar este painel às 11 horas. No entanto, o tempo já transcorreu, e nós ainda temos o esforço de tratar de questões de deliberação específica da Comissão. Agradeço a V.Exa.

Gostaríamos de ouvir o Sr. José Kinn Franco, Embaixador da Bolívia, que fará uma saudação no tempo breve de até 3 minutos.

**O SR. JOSÉ KINN FRANCO** - Bom dia a todas e a todos. Cumprimento o Deputado Daniel Almeida, a Mesa, os demais Deputados presentes.

Eu queria fazer alguns comentários sobre a experiência da Bolívia neste âmbito.

Nós tivemos um processo de privatização das empresas estatais nos anos 90 e um processo de nacionalização das empresas estatais que foram privatizadas, para que retornassem ao controle do Estado boliviano, a partir do ano de 2006, quando chegou ao Governo o Presidente Evo Morales. Qual foi o resultado das privatizações ocorridas nos anos 90? Foi desastroso. Nós perdemos a empresa de aviação da Bolívia, que ficou destruída, assim como ficou mais da metade da malha ferroviária estatal, sem que os problemas econômicos e sociais daquele país fossem resolvidos.

Assim, houve fortes crises econômicas, políticas e sociais entre os anos 2000 e 2005, com muita instabilidade. O que se passou neste último período do Governo do Presidente Evo Morales, a partir do processo de nacionalização? A Bolívia virou um país em constante crescimento, estável econômica e politicamente. Não temos crises há mais de 12 anos. O PIB do país cresceu 4 vezes, foi de 8 milhões de dólares para 37 milhões de dólares. Assim cresceu nosso PIB nestes últimos anos. Este foi o resultado do processo de nacionalização.

Nós temos agora empresas estatais com muito sucesso. Há uma empresa petroleira, uma empresa de telecomunicações estatal, que compete com duas empresas privadas, mas tem a metade do mercado, com muitos ganhos e muito crescimento. Há, ainda, uma nova empresa de aviação estatal, que se tornou a mais importante do país. Portanto, vemos que, no caso da Bolívia, as privatizações foram um fracasso. A nacionalização das empresas privatizadas virou o país para o sucesso.

Qual é a diferença entre um período e outro? É a vontade política, a atitude política. As empresas estatais podem ser boas ou más, dependendo da vontade ou da atitude política. A vontade política da Bolívia nos últimos anos foi no sentido de que as empresas estatais têm que fazer o correto, e bons resultados, bons aportes para a economia da Bolívia, estão vindo delas. É a vontade de fazer o combate à corrupção que permite dar espaço para o sucesso das empresas estatais. Este é um tema de vontade e de atitude políticas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, embaixador. Que bom ouvi-lo falar de uma experiência concreta e tão próxima a cada um de nós, experiência que deve ser observada e levada em conta! É o que todos nós estamos buscando fazer aqui no Brasil e no restante da América Latina.

Concedo a palavra ao Sr. João de Deus, da Bacia do Rio Corrente, para uma consideração. *(Pausa.)*

O senhor não pediu para falar? Tudo bem.

Então, retorno a palavra à Mesa, ao Haroldo e ao Luís Paulo, para as suas considerações a respeito das contribuições que vieram do Plenário, no tempo de até 3 minutos. Sei que o tempo é curto, especialmente em se tratando do Haroldo, que conheço de perto, mas também pela densidade do tema, que é realmente muito vasto.

Com a palavra o Haroldo.

**O SR. HAROLDO LIMA** - Sr. Presidente, confesso que fiquei muito satisfeito com a exposição feita pelo Luís Paulo e com as considerações do Deputado Antonio Balhmann e do Sr. José, Embaixador da Bolívia. Na realidade, nós temos pontos de vista convergentes, o que é muito positivo.

O Brasil precisa se espelhar nas experiências vitoriosas. Tivemos aqui um depoimento impressionante a respeito da Bolívia, um país que, a princípio, enfrenta grandes dificuldades que o Brasil naturalmente não possui, como saída para o mar, amplitude de território, etc. Entretanto, a Bolívia está crescendo, e o Brasil não. O Embaixador chamou a atenção para isso. A diferença está na vontade e na atitude política. O Brasil apresenta uma confusão política, conforme muito bem colocou o Deputado Antonio Balhmann, que disse que o País vive como uma folha seca, vagando por aí. Não se sabe direito o rumo que as coisas estão tomando.

O próprio Deputado salientou que, na verdade, nós precisamos de um novo pacto produtivo. Acho que está em pauta a necessidade de fazermos um novo pacto produtivo relacionado a algumas ideias básicas. Parece-me que a ideia principal, decorrente das exposições feitas tanto por mim quanto pelo Luís Paulo, é exatamente a reindustrialização do País. Nós precisamos tratar isto com clareza.

É preciso reindustrializar o Brasil, mas não como fez Barão de Mauá, há 1 século. Isso já passou. Temos que reindustrializá-lo nos termos de hoje, em que a situação é completamente nova, inclusive no resto do mundo. Não dá para reindustrializar o País considerando uma situação mundial que está em transformação. Como eu disse antes, o próprio eixo econômico do mundo está em mutação. E, se está em mutação, nós não vamos reindustrializar o País olhando para o eixo que está em decadência e desprezando o eixo que está em ascensão. Nós temos que nos aproximar do eixo que está em ascensão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Luís Paulo, nos últimos tempos, a República Popular da China encabeçou um processo de restauração da antiga Rota da Seda, com o chamado "Novo Cinturão" ou "Novo Pacto" ou algo assim. Essa nova Rota da Seda seria restaurada empregando-se algo em torno de 1 trilhão de dólares. Ora, 1 trilhão de dólares estão saindo do lado de lá!

Foram firmados e assinados protocolos por 68 países, e o Brasil não esteve presente. Em vez de procurar se aproximar do que está dando certo e crescendo no mundo, o Brasil está se afastando das coisas que estão dando certo e procurando justamente esse marasmo que há por aí. Como muito bem disse o Deputado Antonio, o País fica desnorteado, parecendo uma folha seca vagando num mar revolto.

Creio que essa temática do novo pacto está muito imbricada com o que vai acontecer no Brasil nos próximos meses. Penso que, nos próximos meses, acontecerá uma eleição por meio da qual o povo poderá limpar um pouco a área, apontar um novo rumo para o País — um rumo relacionado à restauração das formas democráticas amplas e ao respeito à democracia — e apontar um destino novo para a sua área econômica, com a reindustrialização a curto prazo, com metas precisas, com planos determinados e, como disse o Embaixador, com uma atitude e uma vontade diferentes.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Haroldo.

Passo a palavra imediatamente ao Luís Paulo.

**O SR. LUÍS PAULO BRESCIANI** - Sr. Presidente Deputado Daniel Almeida, Deputado Antonio Balhmann, Sr. Haroldo, Srs. Deputados, eu quero agradecer mais uma vez a participação nesta Mesa.

O meu comentário final parte dessa questão comentada pelo Deputado Antonio Balhmann sobre o País parecer uma folha vagando, devido à falta de estratégia. Isso me fez recordar a frase do autor Alvin Toffler, muito célebre nos anos 1980 e 1990, que escreveu uma determinada passagem: *"Ou você tem uma estratégia própria, ou então é parte da estratégia de alguém"*. Como não temos estratégia, fazemos parte da estratégia de outros países, obviamente.

O Haroldo mencionou a ousadia da China com a construção do Novo Cinturão na Rota da Seda, com um investimento muito pesado. Isso também me faz recordar o afastamento e o distanciamento do Brasil em relação ao bloco BRICS, nos últimos anos, e a urgente necessidade de reaproximação do protagonismo que o Brasil teve na configuração desse bloco.

Sr. Presidente, se eu pudesse sugerir um tema para debate nesta Casa, seria exatamente a abertura comercial do acordo entre MERCOSUL e União Europeia, que nos parece não ter muita discussão com a sociedade e que encerra um risco extremamente alto.

Em relação ao pacto pela indústria, lembro que esta não é a primeira crise industrial, mas é uma crise industrial que pode nos levar a um desastre. Conforme o Sr. Haroldo mencionou na sua apresentação, tivemos, nos anos 1990, uma crise da qual saímos através das câmaras setoriais. Com isso, foi possível retomar pactos setoriais, inicialmente a partir da indústria automobilística e, depois, em outros segmentos. Não digo que isso resolve, mas houve essa experiência.

Ou os fóruns setoriais atuais foram extintos ou foi excluída a participação dos trabalhadores. Sabemos que o pacto pela indústria é urgente, sim. Concordo com a sua intervenção. Mas há dois problemas. Primeiro, não temos iniciativa nem liderança do Governo em relação a isso. Pelo contrário, a posição que prevalece é a do Ministério da Fazenda: "Deixem como está, e tudo vai se arranjar". Mas não vai se arranjar. Segundo, infelizmente não temos interlocutores no segmento industrial com essa perspectiva, com raras exceções. Mas é urgente e necessário, sim, rearticular tudo isso. E esta Casa certamente tem papel importante nisso também.

Deixo aqui, portanto, essa nossa mensagem final.

Muito obrigado, mais uma vez.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - O Deputado Antonio Balhmann queria fazer mais uma pequena consideração.

**O SR. ANTONIO BALHMANN** (PDT - CE) - Será pequena mesmo, Sr. Presidente.

O Dr. Haroldo e o Embaixador da Bolívia fizeram uma colocação e eu quero só lembrar o exemplo de um país vizinho. A América Latina está avançando celeremente numa política industrial muito consciente. A Colômbia possui 111 *free zones* — este é último número que me deram, quando estive lá recentemente — operando, com suas indústrias no mercado internacional. O Brasil possui uma, que conseguiu se afirmar. Imaginem a diferença!

Essa é a observação que eu queria fazer, suscitada pela palavra do nosso Embaixador da Bolívia.

**O SR. PRESIDENTE** (Daniel Almeida. PCdoB - BA) - Obrigado, Deputado Antonio Balhmann.

Antes de finalizar a reunião, eu quero agradecer a presença dos Deputados, dos convidados e de todos os demais.

Estão acompanhando este debate os Deputados Marcos Reategui, Helder Salomão e Herculano Passos.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos desta audiência, antes convocando todos os Parlamentares para a reunião deliberativa desta Comissão que acontecerá logo em seguida.

Consulto os nobres Parlamentares sobre alguma objeção à manutenção do painel desta reunião. *(Pausa.)*

Não havendo objeção, o painel será transferido para a reunião deliberativa que ocorrerá logo em seguida.

Na reunião deliberativa, nós trataremos da aprovação dos procedimentos internos para o funcionamento da Comissão, da eleição do 1º Vice-Presidente e da pauta, que foi publicada com antecedência, para a deliberação da Comissão.

Agradeço a todos e ressalto que daremos sequência a esses debates temáticos, sendo um deles relacionado exatamente aos acordos do MERCOSUL, União Europeia e outros acordos e tratados internacionais e seus impactos para a indústria e a economia brasileira. Vamos tratar das novas tecnologias no processo produtivo, da indústria 4.0, enfim, temos já uma agenda com cinco grandes temas para as próximas semanas.

Obrigado a todos.

Está encerrado este painel.